

## **LOPES, Luís Simões**

\*pres. DASP 1938-1945; pres. FGV 1944-1993; pres. SNA 1960-1979.

*Luís Simões Lopes* nasceu em Pelotas (RS) no dia 2 de junho de 1903, filho de Ildefonso Simões Lopes e de Clara de Sampaio Simões Lopes. Seu pai foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1906 a 1908, 1913 a 1919 e 1922 a 1930, ministro da Agricultura de 1919 a 1922 e presidente da Sociedade Nacional de Agricultura de 1926 a 1931, além de ter sido um dos articuladores da Aliança Liberal. Seu avô paterno, João Simões Lopes Filho, visconde da Graça, foi estancieiro e presidente da província do Rio Grande do Sul em 1871. Seu tio Augusto Simões Lopes, irmão de seu pai, foi deputado pelo Rio Grande do Sul à Constituinte de 1934 e senador de 1935 a 1937. Seu primo em segundo grau, Lucas Lopes, foi ministro da Viação (1954-1955 e 1955-1956), presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1956-1958) e ministro da Fazenda (1958-1959).

Em 1929 envolveu-se em um incidente que teve repercussão nacional. Com o início da disputa pela sucessão presidencial, diante do apoio dado por Washington Luís à candidatura Júlio Prestes, cindiram-se as lideranças regionais, tradicionais, e iniciou-se entre a oposição a articulação da Aliança Liberal, que lançaria as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República. A campanha da Aliança Liberal, coordenada por uma comissão executiva constituída por Afonso Pena Júnior, presidente, Ildefonso Simões Lopes, vice-presidente, e Odilon Braga, secretário-geral, espalhou-se por todo o país. Na Câmara dos Deputados, a maioria governista decidiu não dar quórum às seções parlamentares, impedindo assim a manifestação dos deputados oposicionistas. Em resposta a essa atitude, os integrantes da Aliança Liberal resolveram promover comícios públicos nas escadarias do palácio Tiradentes, sede da Câmara. No dia 26 de dezembro, após um desses comícios, Ildefonso Simões Lopes, ao entrar na Câmara, foi violentamente interpelado pelo deputado situacionista pernambucano Manuel Francisco de Sousa Filho. Luís Simões Lopes tomou a defesa do pai, atracando-se com Sousa Filho, que portava um punhal. Na luta, Ildefonso disparou dois tiros contra o deputado pernambucano, que morreu no local. Pai e filho foram presos imediatamente e levados à chefatura de polícia. Em agosto de 1930 foram absolvidos por unanimidade, tendo o tribunal julgado que haviam agido em legítima defesa. A sentença foi posteriormente confirmada pela 1ª Câmara da Corte de Apelação do Distrito Federal.

Durante esse período realizaram-se as eleições de março de 1930, que deram a vitória a Júlio Prestes. Após uma fase de indefinições, os aliancistas intensificaram os preparativos para um movimento armado que já vinha sendo articulado desde antes das eleições. Deflagrada em 3 de outubro, a revolução depôs Washington Luís em 24 desse mês e conduziu Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório em 3 de novembro. No dia seguinte Luís Simões Lopes foi nomeado oficial-de-gabinete da Secretaria da Presidência da República (correspondente ao atual Gabinete Civil), cargo que ocuparia até março de 1937. Nessa época, por sua formação de engenheiro agrônomo, foi indicado representante do Brasil nas assembléias gerais de 1934 e 1936 do Instituto Internacional de Agricultura, sediado em Roma, quando foram discutidas e aprovadas normas para o registro genealógico de animais.

A partir de 1935 Luís Simões Lopes voltou-se também para os problemas da administração pública. Os anos de 1935 e 1936 foram decisivos para a história administrativa do Brasil. A 14 de março de 1935 foi criada a Comissão Mista da Reforma Econômico-Financeira, cuja subcomissão encarregada do reajustamento dos quadros do serviço público civil, presidida pelo embaixador Maurício Nabuco, realizou um minucioso trabalho de dimensionamento do funcionalismo. Em 31 de dezembro de 1935 foi criada a Comissão Permanente de Padronização de Material. Em 1936 Luís Simões Lopes recebeu o encargo de presidir uma comissão que, em sucessão à chamada Comissão Nabuco, deveria elaborar um projeto definitivo de reajustamento do pessoal civil. Iniciando seus trabalhos de imediato, a Comissão de Reajustamento, como se tornou conhecida, apresentou um plano para o funcionalismo civil baseado no sistema de carreiras, garantindo ao funcionário ao mesmo tempo uma remuneração proporcional às suas funções e o acesso a postos superiores, segundo critérios eqüitativos. A comissão elaborou um projeto de lei que, encaminhado à Câmara dos Deputados em setembro de 1936, resultou na Lei nº 284, de 28 de outubro do mesmo ano. Essa lei, conhecida como Lei do Reajustamento, estabeleceu as bases do primeiro plano de classificação de cargos do governo federal e institucionalizou o sistema de mérito. Pela mesma lei foram instituídos o Conselho Federal de Serviço Público Civil (CFSPC) e as comissões de eficiência, organizadas em cada ministério. Esses órgãos tinham por incumbência a implementação da reforma administrativa, que assim se iniciava.

Instalado em dezembro de 1936, o CFSPC, composto de cinco membros, seria o principal responsável pela condução da reforma. Em março de 1937, Simões Lopes assumiu a presidência do conselho, que iria exercer intensa atividade até ser extinto em julho de 1938.

Com o CFSPC iniciou-se o processo de institucionalização que deu origem a um complexo de órgãos e entidades públicas e privadas, voltadas para o problema da eficiência governamental. Evidenciou-se, por outro lado, a inconveniência de manter sob um órgão colegiado a responsabilidade pelo desempenho de um largo espectro de atividades cuja execução requeria grande agilidade. O CFSPC preparou assim o caminho para a instalação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado para acionar o sistema que se vinha delineando desde 1935 sob a inspiração da idéia de eficiência e do processo democrático de ingresso no serviço público — o concurso.

No relatório apresentado ao presidente Vargas por ocasião do encerramento das atividades do CFSPC, Simões Lopes salientou que, mais do que reajustar os vencimentos do funcionalismo, a Lei nº 284 teve por objetivo “reconstruir por completo o arcabouço da administração pública, sob novas e sólidas bases, dotando-a de estrutura racional e seguras normas de funcionamento”, cabendo ao CFSPC a liderança dessa tarefa. Prestando conta das atividades desenvolvidas pelo conselho, o relatório assinalava como alcançadas as seguintes metas: a implementação integral do plano de classificação de cargos; a instituição do “sistema de mérito” através da realização de concursos para ingresso em serviço e da criação de um regulamento de promoções; a criação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) em fevereiro de 1938, através de decreto que se baseou em projeto elaborado pelo CFSPC; e a organização dos serviços de pessoal em cada ministério. Outra realização de CFSPC foi o lançamento da *Revista do Serviço Público*, com cinco números publicados quando esse órgão encerrou suas atividades.

### Criação do DASP

O DASP foi criado pelo Decreto-Lei nº 579, de 30 de junho de 1938, em cumprimento ao estabelecido no artigo 67 da Constituição de 1937. A Constituição estabelecia a organização de um departamento administrativo, vinculado à Presidência da República, com as seguintes funções: proceder à seleção de pessoal para execução dos serviços públicos e cuidar do aperfeiçoamento do mesmo; classificar cargos e funções públicas; propor alteração em níveis de remuneração; orientar e fiscalizar a execução da legislação referente a direitos e deveres dos servidores públicos; estudar a organização e funcionamento dos serviços públicos a fim de propor normas de racionalização dos mesmos; estudar a simplificação da variedade de material em uso e estabelecer padrões para sua aquisição e utilização; elaborar a proposta orçamentária federal e fiscalizar a execução do orçamento.

Simões Lopes ocupou a presidência do novo órgão, peça central do sistema de integração das atividades da administração geral e principal responsável pela implementação da reforma administrativa durante o Estado Novo. A grande influência exercida pelo DASP nesse período sobre a política governamental foi ainda ampliada graças ao controle orçamentário que adquiriu sobre todos os órgãos públicos.

De fato, uma das mais importantes funções atribuídas ao DASP foi a formulação do orçamento federal, que até então era feito pelo Ministério da Fazenda. Essa transferência de responsabilidade representou uma vitória para Simões Lopes, que desde 1936 preconizava a necessidade de uma reforma em profundidade nos métodos de elaboração do orçamento da República. Diante da forte resistência oferecida por Artur de Sousa Costa, ministro da Fazenda, que se opunha a essa transferência, o presidente Vargas procurou uma solução intermediária: em 1939 foi criada a Comissão de Orçamento Geral do Ministério da Fazenda, sendo Simões Lopes nomeado para presidi-la. Legalizada por decreto de fevereiro de 1940, essa comissão permaneceu no Ministério da Fazenda até março de 1945, quando foi transferida para o DASP e passou a denominar-se Divisão de Orçamento. Os trabalhos da Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda foram desenvolvidos em estreita coordenação com o DASP, em virtude do fato de Simões Lopes presidir os dois órgãos.

Simões Lopes integrou também, de 1939 a 1945, a Comissão de Estudos e Negócios Estaduais do Ministério da Justiça que, durante o Estado Novo, supervisionava a administração, particularmente orçamentária, dos estados e municípios e exercia o papel de ligação entre estes e o governo central. Essa comissão atuou em íntima colaboração com o DASP, que promoveu a criação das comissões reorganizadoras do serviço público dos estados e dos departamentos de serviço público estaduais. Conhecidos como “Daspinhos”, esses departamentos atuavam segundo os mesmos princípios do DASP. Além do estatuto dos funcionários públicos federais, elaborado pelo DASP e transformado em lei, foram preparados, e também adotados, projetos similares para os estados e municípios.

Em seu esforço de racionalizar a administração federal, o DASP concentrou-se, durante a gestão de Simões Lopes, na formação de quadros técnicos para a administração pública, promovendo uma série de cursos e palestras, além de oferecer bolsas de estudo para o exterior. Criou-se a carreira especializada de técnico de administração como instrumento indispensável à reforma administrativa. Coube também ao DASP propor a Getúlio Vargas a criação da Coordenação da Mobilização Econômica, instituída em 1942 com a finalidade de

articular a economia nacional em face da situação surgida com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

#### Participação na Missão Aranha

Na qualidade de presidente do DASP, Luís Simões Lopes participou da missão chefiada pelo ministro Osvaldo Aranha que foi aos Estados Unidos em fevereiro e março de 1939, a convite do governo desse país, para expor às autoridades federais, congressistas e representantes de associações empresariais, profissionais, culturais, eclesiásticas e sindicais norte-americanas as necessidades econômicas e militares brasileiras.

Esse convite refletia a preocupação do governo e da comunidade de negócios norte-americanos com a crescente influência alemã no Brasil. Foi uma tentativa de criar condições para recuperar e ampliar o espaço perdido com o aumento das exportações alemãs em regime de compensação e com a suspensão do pagamento de dívidas comerciais e de juros aos portadores de títulos de dívida externa, que atingia interesses norte-americanos. A missão brasileira, por seu lado, tentou obter durante a visita melhores condições de pagamento dos empréstimos já concedidos, novos créditos bancários e estímulos a investimentos no país.

Os resultados alcançados pela Missão Aranha não encontraram boa receptividade em setores do governo brasileiro, e nem todos os acordos propostos foram implementados. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial ainda em 1939, os entendimentos foram interrompidos. Comercialmente, a missão não atingia seus objetivos, mas suas conseqüências políticas foram favoráveis aos Estados Unidos ao abrir caminho à colaboração militar entre os dois países, podendo ser considerada um importante ponto de inflexão no processo de alinhamento da política externa brasileira à norte-americana.

#### A criação da FGV

Preocupado com problemas de treinamento de pessoal para o serviço público, Simões Lopes amadureceu a idéia da criação de uma entidade de caráter permanente, e independente do governo, que se dedicasse ao estudo e ao ensino da administração. Sugeriu essa idéia ao presidente Vargas, que autorizou o DASP a tomar as medidas concretas para a criação dessa entidade através de decreto promulgado no dia 14 de julho de 1944.

Em 20 de dezembro do mesmo ano, foi criada no Rio de Janeiro a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o objetivo principal, segundo seus estatutos, de empreender estudos e pesquisas no campo da administração pública e privada e promover a formação de pessoal para o exercício dessas atividades. A FGV deveria incumbir-se ainda do planejamento e da organização de serviços ou empreendimentos em diversas áreas, assumindo o encargo de executá-los ou de prestar a assistência técnica necessária para a sua execução. Sob a forma de fundação, com objetivos de interesse público mas com personalidade jurídica de direito privado, a nova entidade entrou em funcionamento em 1945. Luís Simões Lopes foi eleito seu presidente pela assembléia geral, órgão deliberativo de caráter soberano, composto de doadores, fundadores e representantes das entidades que contribuíram para a criação da instituição.

Com a crise política que culminou com a deposição do presidente Vargas em 29 de outubro de 1945, Luís Simões Lopes viajou para o Sul, deixando a direção do DASP, onde foi substituído por Moacir Briggs. Afastou-se também, em férias, da FGV e, ao voltar à instituição, em julho de 1946, logo entrou em divergência com alguns dos diretores quanto às finalidades da fundação. Havia uma tendência a dirigir a FGV, à revelia da assembléia geral, para a pesquisa pura em várias áreas do conhecimento, o que Luís Simões Lopes considerava iria desnaturar a instituição, além de ser extremamente oneroso e incapaz de produzir resultados em prazo suficientemente curto para justificar e consolidar a existência da entidade. O quadro agravou-se pela incerteza do recebimento regular da subvenção do governo, que, por decreto-lei presidencial de abril de 1946, tornara sem efeito a aplicação da verba orçamentária destinada à FGV. Do choque de posições adveio a demissão coletiva dos técnicos. O presidente da República Eurico Gaspar Dutra determinou um exame da situação, tendo o episódio sido encerrado com um voto de confiança de Dutra a Simões Lopes, corroborado de forma concreta com o restabelecimento das dotações orçamentárias. A partir de então, Luís Simões Lopes foi sucessivamente reeleito para a presidência da FGV e a história da instituição foi marcada por iniciativas pioneiras.

Em 1947, o Departamento de Ensino iniciou vários cursos experimentais, com frequência superior a 4 mil alunos, e foi criado o primeiro centro de psicologia aplicada no Brasil, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), dirigido por Emilio Mira y López. Em 1949, os cursos comerciais aglutinaram-se para formar a Escola Técnica de Comércio. Em 1950, o Departamento de Ensino inaugurou o Colégio Nova Friburgo,

concebido e organizado em moldes inteiramente novos para a época. No Departamento de Pesquisas e Documentação formaram-se dois núcleos que vieram a alcançar grande projeção: o Núcleo de Economia, chefiado por Eugênio Gudín, e o Núcleo de Direito Público, sob a direção de Temístocles Cavalcanti. Foram também criados o Centro de Cálculo de Balanço de Pagamentos, o Centro de Cálculo de Renda Nacional e o Centro de Cálculo de Índice de Preços. Até então o Brasil não tratava sistematicamente desses três indicadores da vida econômica. Em 1951 foi criado o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), que integrava os centros de pesquisas econômicas já existentes, e em 1952 foi fundada a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). Também nesse ano o Núcleo de Direito Público transformou-se no Instituto de Direito Público e Ciência Política (Indipo). Em 1954 surgiu a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) e em 1964, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a FGV criou a Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP). No mesmo ano foi criado, através de convênio com a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Centro Interamericano de Ciência Administrativa, com a finalidade de formar professores de administração de nível superior. Em 1966 foi criada a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) e em 1970 o Instituto Superior de Estudos Contábeis (ISEC). Em 1971 surgiu o Instituto de Estudos Avançados em Educação (Iesae). Em 1973, no âmbito do Indipo, foi criado o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc). A FGV foi lançando também no correr dos anos a *Revista Brasileira de Economia*, *Conjuntura Econômica*, a *Revista de Administração Pública*, a *Revista de Administração de Empresas*, a *Revista de Ciência Política*, os *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, a *Revista de Direito Administrativo*, o *Fórum Educacional* e o *Informativo*, além de editar *O Correio da UNESCO* e *Finanças e Desenvolvimento*, revista do Fundo Monetário Internacional (FMI). Colocou ainda em funcionamento uma biblioteca central e uma editora, subordinadas ao Instituto de Documentação (Indoc).

#### Outras atividades

Ainda durante o governo Dutra, paralelamente à presidência da FGV, Luís Simões Lopes desenvolveu outras atividades nas áreas pública e privada. Em 1948, participou da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, encarregada de planejar a mudança da capital federal para o interior do país, e em 1949 integrou o International Civil



Service Advisory Board, órgão da ONU, além de ter sido eleito vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

Com o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República em 1950, empenhou-se na sua campanha, tendo sido secretário-geral do comitê presidido por João Neves da Fontoura. A vitória do candidato nas eleições de outubro, apoiado pela coligação entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP), levou Simões Lopes à direção da Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil, cargo que ocupou de fevereiro de 1951 a agosto de 1952. Ali procurou desenvolver uma política que regulasse as importações e favorecesse as exportações, objetivo de difícil alcance em face do sistema cambial então vigente. Ainda no governo Vargas integrou, na qualidade de representante da SNA, a Comissão Nacional de Política Agrária, órgão instalado em janeiro de 1952 pelo ministro da Agricultura João Cleofas, com o objetivo de estudar e propor ao presidente da República medidas que estimulassem o desenvolvimento da economia agrícola e o bem-estar rural. Em 1953 passou a fazer parte do conselho técnico-consultivo da Confederação Nacional do Comércio e em 1954 foi eleito primeiro presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), sociedade civil de caráter técnico-educativo criada em outubro de 1952, por ocasião do II Congresso Nacional de Municípios. No mesmo ano atuou como consultor da delegação brasileira à I Conferência dos Ministros da Fazenda das Américas.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Simões Lopes presidiu a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos, que funcionou entre agosto de 1956 e 1960. Em agosto deste último ano, tornou-se, com a morte de Artur Torres Filho, presidente da SNA, cargo que ocuparia até 1979. Nesse momento era intenso o debate em torno da reforma agrária, incluída nos programas de diversas correntes políticas. Sob a liderança de Luís Simões Lopes, a SNA opôs-se sistematicamente às propostas de reforma agrária então apresentadas, por considerá-las nocivas aos interesses do país.

Em agosto de 1961, no fim do governo Jânio Quadros, Luís Simões Lopes integrou a delegação brasileira à Conferência de Punta del Este, reunião especial do Conselho Interamericano Econômico e Social, da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nessa ocasião foi lançada a Aliança para o Progresso, programa de cooperação multilateral proposto pelo presidente John Kennedy, destinado a acelerar o desenvolvimento econômico da América Latina. Luís Simões Lopes representou também o governo brasileiro, de 1961 a



1964, na coordenação e execução do Ponto IV, programa de cooperação técnica entre os Estados Unidos e o Brasil iniciado em 1950. O programa do Ponto IV abrangia, entre outras, as áreas de economia, administração pública, administração orçamentária e financeira, agricultura e educação. No setor de administração, foi organizado um programa de formação de profissionais, estabelecendo-se um convênio entre as universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul, a FGV, a Escola de Serviço Público do DASP e o Ministério da Educação e Cultura.

Em 1963, Simões Lopes assumiu a presidência da Comissão de Reforma Tributária criada a partir da assinatura, em dezembro de 1962, de um contrato entre o Ministério da Fazenda e a FGV. A comissão visava também a reforma do próprio ministério e só entrou em funcionamento no governo de Humberto Castelo Branco (1964-1967).

Em 1964 foi escolhido vice-presidente da Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES), cargo que ocuparia até 1968. Também em 1964, já no governo de Humberto Castelo Branco, integrou a Comissão Especial de Estudos de Reforma Administrativa (Comestra), responsável pela redação do anteprojeto que transformou-se no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabelecendo uma reforma administrativa de grande amplitude, com o objetivo de dar ao serviço público uma eficiência operacional comparável à da empresa privada. Em 1966 integrou a comissão de peritos que estudou o Programa de Administração Pública da ONU. Tornou-se também membro do conselho superior da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e presidente do conselho de desenvolvimento da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (Copeg), no qual permaneceria até 1971. Em 1967 participou, como delegado do Brasil, da mesa-redonda sobre administração pública realizada em Copenhague sob o patrocínio do Institut International des Sciences Administratives. Ainda nesse ano foi designado representante do Brasil junto à Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, criada pelo acordo de 26 de abril de 1963. Em 1972 foi eleito presidente dessa comissão, cargo que é exercido em alternância com o representante do Uruguai. Desde o ano anterior fazia parte do conselho administrativo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

No âmbito da empresa privada, Simões Lopes foi diretor da Companhia Brasileira de Imóveis e da Companhia de Mineração Nacional em 1949, diretor-presidente da Companhia Estanho São João del Rei em 1950, membro efetivo do conselho fiscal da Willys-Overland do Brasil de 1961 a 1976, membro do conselho de administração da Rio Light Serviços de

Eletricidade de 1961 a 1969, diretor da Companhia Moinho Fluminense Indústrias Gerais de 1963 a 1972, presidente da Empresa de Águas de São Lourenço de 1966 a 1975, presidente do Banco de Investimento e Desenvolvimento Fiducial do Comércio e Indústria de 1966 a 1971, presidente da Associação de Bancos de Investimento e Desenvolvimento de 1967 a 1968, membro do conselho consultivo da Companhia de Cigarros Souza Cruz, Indústria e Comércio a partir de 1968, membro do conselho consultivo da Siemens Brasil de 1969 a 1979, presidente da Companhia de Mineração, Industrialização e Exportação a partir de 1969, membro efetivo do conselho fiscal da Ford-Willys do Brasil, depois transformada em Ford Brasil de 1969 a 1976, presidente dos conselhos deliberativo e consultivo do Comind Banco de Investimento de 1971 a 1978, membro do conselho deliberativo do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo de 1972 a 1976, membro do conselho de administração da União de Indústrias Petroquímicas a partir de 1974, além de vice-presidente da Olivetti do Brasil, membro do conselho de desenvolvimento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e diretor da Makro a partir de 1975. Tornou-se também presidente da Fiat do Brasil Participações, em 1976, vice-presidente do conselho de administração da Generali do Brasil — Companhia Nacional de Seguros em 1978, membro do conselho de administração da Companhia Brasileira de Engenharia e Indústria de 1978 a 1980, membro do conselho de administração da Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil em 1979 e membro do conselho geral da Siemens Sociedade Anônima em 1980.

Deixou a presidência da Fundação Getúlio Vargas em abril de 1993, sendo substituído por Jorge Oscar de Melo Flores. Na ocasião, passou a ocupar o cargo de presidente de honra da instituição.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de fevereiro de 1994.

Era casado com Regina Quentel Simões Lopes, com quem teve quatro filhos.

O arquivo de Luís Simões Lopes encontra-se depositado no Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas.

Maria Clara Mariani

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. OSVALDO ARANHA; CONF. NAC. COMÉRCIO. 20; CORRESP. CONF. NAC. COMÉRCIO; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil*; DULLES, J. *Getúlio*; ENTREV. BIOG.; *Globo* (21/2/94); *Jornal do Brasil* (30/10/75, 15/1, 29/4, 15 e 24/7 e 28/10/76, 22/2/94); LEVINE, R. *Vargas*; MACEDO, R. *Efemérides*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; SIEGEL, G. *Vicissitudes*; SILVA, H. 1926; WAHRLICH, B. *Classificação*.